



SUSTENTABILIDADE

Desmatamento de verbas no Ibama

Observatório do Clima denuncia redução de recursos. Autarquia diz seguir regras do orçamento

» TAINÁ ANDRADE

O combate ao desmatamento sofre uma permanente escassez de recursos, segundo o Observatório do Clima. Em relatório intitulado *A conta chegou: o terceiro ano da destruição ambiental sob Jair Bolsonaro*, a instituição afirma que dos R\$ 219 milhões de recursos recebidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 2021, apenas R\$ 88 milhões foram utilizados para a fiscalização ambiental até o final do ano passado.

O restante, R\$ 128,3 milhões, foi reservado para gastos que serão usados em 2022, segundo o relatório, “possivelmente com equipamentos”. O valor gasto é o equivalente a 41% do orçamento, o que significa que o planejamento do Ibama não foi cumprido na sua totalidade.

O documento ressaltou ainda que, para a prevenção e controle de incêndios florestais, foram direcionados R\$ 40,3 milhões, ou 70% do valor previsto. No ICMBio, a utilização dos repasses para o combate ao fogo também foi alta, de R\$ 63,7 milhões, 73% do orçamento. Porém, o número de autos de infração por desmatamento, calculados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia por Satélites (Prodes), foi de 2.534. Esse número ficou 40% abaixo dos autos registrados pelo governo anterior. As autuações por embargos de propriedade — importante instrumento para combater o desmatamento — despencaram 70% em relação a 2018. No ano passado, foram 772 registros. Já no caso das apreensões, foram 452 — queda de 81% se comparado com os registros de 2018.

NELSON ALMEIDA/AFP



Madeira ilegal apreendida na Amazônia em 2019: diminuição no número de autos de infração compromete política ambiental

Na comparação com a gestão de governos anteriores, o estudo do Observatório do Clima constatou que o Ibama gastou menos da metade no repasse com operações de campo. A porcentagem anual oscilava entre 86% e 92% para a fiscalização. No terceiro ano do governo Bolsonaro, esse índice caiu para 41%. O relatório menciona uma declaração recente do presidente, na qual ele comemora a diminuição de multas ambientais. “Paramos de ter grandes problemas com a questão ambiental, especialmente no tocante à multa. Tem que existir? Tem. Mas conversamos e nós

reduzimos em mais de 80% as multagens no campo”, disse Bolsonaro no mês passado.

A conclusão do estudo é de que a inoperância do Ibama é uma consequência da “falta de vontade” em se combater crimes ambientais. Para Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, a situação reflete o projeto Bolsonaro de afrouxar a fiscalização ambiental. “O governo não botou gente em campo a mais, não quis fazer uma fiscalização mais forte. Para o governo Bolsonaro, a fiscalização ambiental atrapalha, é um entrave que tem

que ser eliminado”, comentou.

Além disso, a gestão do governo atual manteve congelado, pelo terceiro ano seguido, o Fundo Amazônia, que contém mais de R\$ 3 bilhões de recursos internacionais para ser direcionado ao combate ao desmatamento — valor recebido por meio de doação.

Regras licitatórias

O Ibama, em seu site, esclareceu que durante o ano de 2021 recebeu inicialmente R\$ 261,7 milhões no repasse anual do governo federal. Com o crédito

suplementar enviado pelo Congresso em junho, o orçamento total ficou em R\$ 444,5 milhões. Então, foi empenhado mais de R\$ 435 milhões em ações. O órgão garantiu que, após a autorização do montante, houve a utilização imediata do recurso no planejamento, que envolveu ações de fiscalização ambiental.

O Instituto informa, ainda, no texto, que o orçamento do órgão está vinculado ao Tribunal de Contas da União (TCU). Portanto, devem ser cumpridas as regras licitatórias para contratação tanto de bens, quanto de serviços.

CHUVAS EM SP

Bolsonaro sobrevoa área atingida por temporais

» GABRIELA BERNARDES*

As chuvas deram uma trégua em São Paulo, mas os transtornos causados pelo mau tempo continuam intensos. Ontem, subiu para 2.854 o número de famílias desabrigadas ou desalojadas. O número de desaparecidos também aumentou para 10, e, o de feridos, para 13. A Defesa Civil do Estado confirmou 24 óbitos em razão dos temporais, incluindo oito crianças — uma delas um bebê de três meses.

Acompanhado de seis ministros — entre eles o da Cidadania, João Roma, e Infraestrutura, Tarcísio Freitas — o presidente Jair Bolsonaro visitou as áreas destruídas pelos deslizamentos de terra na região de Francisco Morato e depois se reuniu com prefeitos dos municípios afetados.

Segundo o presidente, sua visita teve como objetivo mostrar a disposição do governo federal para diminuir o sofrimento das famílias atingidas e ajudar financeiramente a região. “Os prefeitos apresentam suas necessidades, e faremos todo o possível para atendê-los”, disse.

Apesar da solidariedade com as vítimas das chuvas, o presidente comentou a situação de risco das famílias. Ele disse que faltou “visão de futuro” por parte desses mais de dois mil

brasileiros que construíram suas casas na região. “Muitas áreas onde foram construídas residências, faltou obviamente alguma visão de futuro por parte de quem construiu”, afirmou o presidente, após sobrevoar áreas da região metropolitana de São Paulo atingidas pelas chuvas, ontem.

O governo federal não anunciou valores que poderão ser repassados para socorrer as vítimas das chuvas. Por enquanto, a única verba já disponibilizada para os municípios atingidos veio do próprio estado de São Paulo. O governo paulista liberou R\$ 15 milhões para um total de 10 cidades para auxiliar as prefeituras na recuperação urbana e social.

O governador João Doria (PSDB) havia cobrado, no último domingo, mais empenho do governo federal no enfrentamento dos estragos na região. Apesar disso, na segunda-feira, o governador moderou o tom e, nas redes sociais, afirmou que a visita do presidente é “bem-vinda”. “Nosso povo está sofrendo as duras consequências das chuvas que castigaram nosso estado. A visita do presidente a SP para oferecer ajuda aos que mais necessitam é bem-vinda”, escreveu.

Doria também enviou, ao Ministério do Desenvolvimento Regional, pedido de R\$ 470 milhões para obras antiincheção e serviços emergenciais. Em resposta,

Cratera na Marginal Tietê

Reprodução/GloboNews



A abertura de uma cratera na Marginal do Tietê, uma das vias mais movimentadas da cidade de São Paulo, causou grandes transtornos no trânsito. Uma obra para a construção de uma nova linha do Metrô rompeu um duto de esgoto, e o asfalto desmoronou. Não houve feridos. Com o desmoronamento, um trecho da via passou boa parte do dia interditado. O secretário de Transportes Metropolitanos, Paulo Galli, não descartou que o incidente tenha ocorrido por falha humana. “Estamos criando um comitê para investigarmos a causa do rompimento da galeria (...), além do conserto da galeria atingida e da Marginal”, explicou.

o ministro Rogério Marinho disse que não irá atender ao ofício do governador. “O ofício trata de obras que dizem respeito à previsão orçamentária, com obras de contenção e não dizem respeito ao momento que estamos vivendo. A necessidade agora é tratar das pessoas e isso são ações emergenciais. O governador nos

pede 50 milhões para ações emergenciais, mas os prefeitos vão dizer qual é a necessidade de cada prefeitura”, afirmou Marinho, acrescentando que Doria sabe de que forma deve fazer essa solicitação.

Marinho lembrou que o país tem cerca de 26 milhões de habitações irregulares. Por isso, essa

situação não se resolveria da noite para o dia. “Temos quase metade das habitações do país irregulares. É fruto de mais de 100 anos de ocupação irregular. Não é um problema que aconteceu hoje”, finalizou.

* Estagiárias sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

VIOLÊNCIA

Agressor de congolês: “Foi uma fatalidade”

» MARIA EDUARDA ANGELI*

Um dos suspeitos envolvidos na morte do congolês Moïse Kabagambe, 24, prestou depoimento, ontem, na Delegacia de Homicídios (DH) do Rio de Janeiro. Ele se apresentou na 34ª DP, em Bangu, e afirmou que “ninguém queria tirar a vida dele”. O congolês foi assassinado no último dia 24, depois de cobrar salário atrasado. Kabagambe foi espancado por cinco pessoas durante aproximadamente 15 minutos. O crime ocorreu ao lado do quiosque Tropicália, na Barra da Tijuca.

As agressões foram registradas por câmeras de segurança do local. Testemunhas contaram que a vítima sofreu agressões com pedaços de madeira e um taco de beisebol. O corpo foi encontrado por policiais militares do 31º BPM, amarrado próximo ao quiosque.

“Ninguém queria tirar a vida dele, ninguém quis fazer injustiça porque ele era negro ou alguém devia a ele”, alegou Alisson de Oliveira, 27, em depoimento à polícia. “Ele teve um problema com um senhor do quiosque do lado, a gente foi defender o senhor, e, infelizmente, aconteceu a fatalidade de ele perder a vida”, contou. O homem foi liberado depois do depoimento, sob a justificativa de que não havia mandado de prisão contra ele.

Segundo o laudo do Instituto Médico Legal (IML), a causa da morte foi traumatismo do tórax, com contusão pulmonar, causada por ação contundente. Moïse estava no Brasil desde 2014, quando veio com a família para fugir da guerra e da fome na República Democrática do Congo.

Comoção

O crime causou comoção. Nas redes sociais, a hashtag #JustiçaPorMoïse alcançou os trending topics do Twitter. A ONG Human Rights Watch classificou a tragédia como “deplorável e merece o mais absoluto repúdio pela sociedade brasileira”. “Que este não seja mais um caso da impunidade que tem marcado o Rio de Janeiro”, reivindicou a organização.

Cláudio Castro (PL), governador do Rio de Janeiro, prometeu punição. “Vamos prender esses criminosos e dar uma resposta à família e à sociedade”, disse. O prefeito Eduardo Paes (PSD) afirmou que o episódio é “inaceitável e revoltante” e assegurou que a prefeitura acompanha o caso.

Na segunda-feira (31), a embaixada do Congo, em Brasília, denunciou, em nota, outros casos de assassinatos de congoleses no Brasil. “Informamos que neste momento temos quatro outros casos de compatriotas que foram brutalmente assassinados neste país, e aguardamos os resultados das investigações”, disse o texto. A nota também mencionou o possível encerramento das atividades de mineração por parte dos brasileiros no Congo.

A comunidade congolesa no Brasil e familiares de Moïse planejam uma manifestação no posto 8 da Barra da Tijuca. A mobilização está prevista para o próximo sábado (5), pela manhã. “Esse ato brutal, que não somente manifesta o racismo estrutural da sociedade brasileira, mas claramente demonstra a xenofobia dentro das suas formas contra os estrangeiros. Nós da comunidade congolesa não vamos nos calar”, protestou a comunidade, em nota.